



ua configuração

Edifícios para durar enquanto durasse o mundo: o património jesuíta do Espírito Santo e o IPHAN

Fernanda Contarini Maitan

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da
Universidade Federal da Bahia (PPG-AU/UFBA)

Introdução

Da antiga estrutura jesuíta do Espírito Santo, seis remanescentes subsistem ainda atualmente. Ante a informação de que dois destes remanescentes não eram tombados, surgiu o interesse a respeito da forma como o órgão de preservação brasileiro, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), administrou a salvaguarda deste patrimônio. Desta forma, valendo-se da perspectiva de que estes remanescentes possivelmente faziam parte de uma estrutura rigidamente articulada, este estudo se dispõe a analisar a ação do órgão nestes edifícios, com o objetivo de averiguar se o IPHAN tinha a verdadeira dimensão da "missão" jesuíta quando passa a intervir no Espírito Santo.

A Missão Inaciana no Espírito Santo

Sobre a organização da Companhia de Jesus em território capixaba, o Pe. José de Anchieta relata no ano de 1581, a existência de dez aldeias no Espírito Santo, duas delas sob a administração direta dos padres, e as demais – quatro localizadas ao norte, e quatro ao sul – separadas da Vila de Vitória em intervalos similares, e distantes da mesma em 72000 passos (LEITE, 2008, tomo I/livro III/IV, p. 230). É difícil precisar o destino de alguns destes aldeamentos descritos por Anchieta. Sabe-se, baseado em remanescentes dos antigos edifícios, que ocorreu a efetivação de nove núcleos dentre os dez citados, onde sabiamente foram divididas as devidas funções para a subsistência e sucesso da estrutura inaciana nesta "banda" sul do território. (fig. 1)

O Colégio de Santiago, localizado na Vila de Vitória, representava a sede do poder jesuíta na capitania. O mesmo controlava cinco aldeamentos, a saber: Reis Magos, Reritiba, Guarapari, São João Batista e Nossa Senhora da Conceição¹. Como suportes dos mesmos foram organizadas as duas fazendas e o engenho, responsáveis pela manutenção de todo o sistema inaciano capixaba. As fazendas de Itapoca e Muribeca forneciam respectivamente farinha e carne bovina para o colégio e aldeamentos, enquanto que o núcleo de Araçatiba era responsável pela produção de açúcar. Os aldeamentos controlavam ainda pequenos satélites, onde

¹ O aldeamento de N. S. da Conceição, extensamente citado nos catálogos da Companhia, não conservou remanescentes construtivos.



la Estação da
duplicação, em

eram cultivados produtos de primeira necessidade, como milho, arroz, hortaliças e algodão. (LEITE, 2008, tomo VI/livro II/I, p. 141).

Dos aldeamentos e do Colégio de Vitória que outrora integraram a estrutura dos jesuítas do Espírito Santo, restaram apenas alguns dos seus principais edifícios. De alguns dos aldeamentos citados pelos padres da Companhia, não sobraram vestígios, considerando que deixaram de fazer parte da dinâmica do processo jesuíta, ainda no período de atividade dos padres². Pouco sobrou também da antiga sede dos padres, composta pelos referidos Colégio de Santiago e Igreja de São Maurício, em Vitória. A reforma executada entre os anos de 1910 e 1912, visando à implantação do palácio do governo do estado, descaracterizou completamente o antigo colégio. Assim, o legado deixado pelos jesuítas em terras capixabas se constitui atualmente por seis edifícios que se destacam por sua singela arquitetura: Igreja e Residência dos Reis Magos, situada em Nova Almeida; Igreja e Residência de Nossa Senhora da Assunção em Anchieta (antiga Reritiba); Igreja de Nossa Senhora da Conceição em Guarapari, Igreja de Nossa Senhora da Ajuda em Araçatiba; Igreja de Nossa Senhora das Neves na Praia das Neves (antiga Muribeca) e Igreja de São João Batista em Carapina.

As Igrejas e residências dos Reis Magos e de N. S. da Assunção correspondem às obras jesuítas de maior vulto do estado, devido à grande significação histórica, tipológica e afetiva destes monumentos. A primeira constitui um dos poucos exemplares brasileiros que ainda apresentam o sistema de quadra completo; enquanto que a segunda se destaca por ser exceção do programa jesuíta desenvolvido na colônia, apresentando três naves³, ao invés de uma nave única, como era comum à tipologia desenvolvida pelos padres da Companhia no Brasil. A Igreja e Residência de N. S. da Assunção destaca-se também por ter sido o local onde faleceu o venerável Pe. José de Anchieta. Alguns historiadores do Espírito Santo — Basílio Daemon, Misael Pena, José Marcelino e César Marques — sustentam que a figura de Anchieta também está ligada à Igreja de N. S. da Conceição, em Guarapari, visto que consideram como sendo de sua autoria a construção deste edifício no ano de 1585 (CARVALHO, 1982, p. 76).

Os remanescentes das Igrejas de N. S. da Ajuda, de N. S. das Neves e de São João Batista apresentam tipologias mais simplificadas se comparadas as demais, porém munidas de grande significação histórica e ricas em elementos particulares, nos quais a simplicidade das formas e a rudeza arquitetônica imprimem traços marcantes a cada um destes edifícios.

Estes dois edifícios, apesar de constatadas solicitações, não foram contemplados com o tombamento em esfera federal. O não tombamento das duas igrejas já questionaria a prática de salvaguarda empreendida pelo IPHAN, visto que

² Alguns aldeamentos foram relocados ou unificados por aldeamentos vizinhos, em consequência disso, deixaram de integrar a estrutura ativa dos jesuítas.

³ Caso similar só ocorre na Igreja e Residência de São Pedro da Aldeia, no estado do Rio de Janeiro.

roz, hortaliças e

raram a estrutura
incipais edifícios.
a, não sobraram
ica do processo
ambém da antiga
e Igreja de São
1912, visando à
completamente o
as capixabas se
ngela arquitetura:
reja e Residência
Igreja de Nossa
ra da Ajuda em
s Neves (antiga

S. da Assunção
devido à grande
primeira constitui
stema de quadra
programa jesuíta
uma nave única,
inhia no Brasil. A
r ter sido o local
lores do Espírito
sar Marques —
reja de N. S. da
le sua autoria a
)

. das Neves e de
comparadas as
s em elementos
tônica imprimem

ões, não foram
amento das duas
IPHAN, visto que

uência disso, deixaram

Janeiro.

ante a informação de Anchieta relatada acima, estes edifícios se mostraram bastante conectados durante o período de ação inciana no Espírito Santo.

O IPHAN e a Arquitetura Colonial Brasileira

Em meio a um quadro otimista — tanto no que diz respeito à economia, impulsionada pela incipiente, porém promissora, industrialização, quanto no que se refere à política nacionalista de Getúlio Vargas que, inserida no contexto do Estado Novo, estimulava o processo de construção de uma identidade nacional —, é criado, com base no anteprojeto de Mário de Andrade, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN)⁴, que começou a funcionar, em caráter experimental, no ano de 1936. Com a Lei nº 378 de 13 de janeiro de 1937, passou a integrar a estrutura do Ministério da Educação e Saúde (MES). O órgão é oficializado através da promulgação do Decreto-lei nº 25, de 25 de novembro de 1937, que, baseado na noção de monumentalidade e excepcionalidade, viria a constituir o principal marco legal a legislar em prol da defesa do patrimônio nacional brasileiro até a atualidade.

As primeiras ações do SPHAN, iniciadas já em 1936, vão desde sua estruturação administrativa a gestões no campo político, desenvolvendo também, atividades específicas na área de preservação e restauração, como a execução de inventários⁵, que dariam suporte aos tombamentos⁶ dos bens culturais, após a aprovação do Decreto-lei nº 25. A produção dos inventários, assim como a divulgação de pesquisas e estudos, constituía etapa fundamental de proteção, já que era sobre estes conhecimentos que se assentava toda prática de salvaguarda do órgão (FONSECA, 2005, p. 111).

"De 1937 a 1946, o Sphan fez tombamentos em 52 municípios, em 16 estados da federação [...]. Nesse mesmo período, em diferentes momentos e lugares, o Sphan realizou, objetivando a conservação desse patrimônio tombado, centenas de reformas e restaurações, ou, simplesmente, orientou e negociou com diversos proprietários os projetos de reformas em seus bens tombados. É realmente surpreendente o tamanho do empreendimento realizado, assim como a ampla rede tecida a partir dessa ação de conservação do patrimônio protegido, quando se

⁴ Criado inicialmente sob a alcunha de SPHAN, o órgão foi posteriormente denominado DPHAN (Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), IBPC (Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural), e IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). Esta última denominação permanece atualmente.

⁵ Inventariar, de acordo com Azevedo (1987, p. 82), equivale a identificar e registrar as manifestações culturais para a história. Os inventários deveriam conter informações pertinentes à história, técnica construtiva, aspectos estéticos, estado de conservação e possíveis modificações executadas ao longo do tempo, assim como registro fotográfico e a listagem das referências que houvessem a respeito de determinada obra.

⁶ Entende-se por tombamento: Ato administrativo realizado pelo poder público com o objetivo de preservar bens de valor histórico, cultural, artístico, arquitetônico, ambiental e também de valor afetivo para a população, impedindo que os mesmos venham a ser destruídos ou descaracterizados, culminando com o registro em quatro livros especiais, denominados Livros de Tombo, a saber: Livro das Belas-Artes; Livro Histórico; Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; e Livro de Artes Aplicadas. (IPHAN, 2009, p. IX; BRASIL, 1937, art. 4º).

imagina que a pequena estrutura administrativa havia sido montada recentemente". (CHUVA, 2009, p. 279-280).

A grandeza do "empreendimento" é ainda mais impressionante quando comparada ao contexto da escassez tanto de corpo técnico especializado — o quadro de profissionais da sede, localizada no Rio de Janeiro, se resumia ao diretor, Rodrigo Melo Franco de Andrade, duas secretárias e a equipe da Seção Técnica, formada por seis arquitetos, a saber: Alcides da Rocha Miranda, Edgard Jacintho, Lucio Costa, José de Souza Reis, Paulo Thedim Barreto e Renato Soeiro — quanto de recursos materiais, agravado pela época de instrumentalização do órgão, que coincidiu com a grave crise econômica, social e política propiciada pela 2ª Guerra Mundial. (CHUVA, 2009, p. 280; LINS, 1990, p. 237).

Estruturação e atuação do órgão no Espírito Santo

A figura do diretor sustentou durante um longo período — desde o mandato do Dr. Rodrigo Melo Franco de Andrade à criação das Diretorias Regionais (DR), aproximadamente — a condição de "elo de interligação e centralização de todas as ações do Sphan" (CHUVA, 2009, p. 282). Tanto as correspondências enviadas pelos representantes regionais, quanto os pareceres da Seção Técnica, eram mediados pelo diretor. Ou seja, as correspondências dos agentes regionais eram remetidas diretamente ao diretor, sendo as mesmas devidamente respondidas pelo próprio diretor, valendo-se, na grande maioria dos casos, do teor dos pareceres expedidos pela Seção Técnica.

Como aconteceu séculos antes com a Companhia de Jesus, as correspondências — concentradas numa figura principal, na "cabeça" da organização — funcionaram para o órgão do patrimônio nacional como uma maneira de regular e controlar a atuação de seus agentes, além de reforçar os laços de fidelidade e cumplicidade através desta comunicação privilegiada. Constituiu "um modo próprio de rotinizar as práticas e um canal pelo qual se validavam procedimentos" (CHUVA, 2009, p. 283), afora a possibilidade de acumular informações sistemáticas sobre as regiões salvaguardadas pelas ações do órgão. A centralidade exercida pela figura principal do órgão é explicitada na correspondência de 22 de julho de 1948, encaminhada ao representante capixaba André Carloni pelo Dr. Eugênio de Assis:

"Em muito boa hora o Patrimônio Histórico Nacional lhe dá a incumbência de ser aqui em Vitória o representante. Sabemos qual deve ser o limite de sua ação. Ela é uma espécie de circunferência[:] abre, estende, tendo sempre o centro que é o nosso amigo Dr. Rodrigo que muito zela pelas coisas de nossa terra o Brasil". (ASSIS, 1948).

da recentemente”.

ionante quando
pecializado — o
sumia ao diretor,
Seção Técnica,
Edgard Jacintho,
Soeiro — quanto
o do órgão, que
a pela 2ª Guerra

o Espírito Santo

do — desde o
torias Regionais
centralização de
correspondências
Seção Técnica,
gentes regionais
ante respondidas
or dos pareceres

de Jesus, as
a “cabeça” da
onal como uma
reforçar os laços
a. Constituiu “um
il se validavam
le de acumular
ções do órgão. A
correspondência
ndré Carloni pelo

incubencia de ser
de sua ação. Ela é
o centro que é o
sa terra o Brasil”.

Além disso, o Dr. Rodrigo cobrava constantemente de seus funcionários e colaboradores a produção de artigos e ensaios que, além da função de servir de base para as intervenções e para o esclarecimento de possíveis dúvidas, também reafirmavam a excelência e a responsabilidade científica do que era realizado pelo SPHAN.

No que se refere à questão da estruturação das responsabilidades em relação à tutela e salvaguarda dos monumentos capixabas em estudo, nos foi possível observar, com base na extensa documentação pesquisada no Arquivo Central Noronha Santos, que esta centralidade existiu mesmo após a saída do Dr. Rodrigo M. F. de Andrade da diretoria da então Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN). A grande maioria da documentação analisada era mediada pela figura sempre atenciosa do diretor. Situação que permaneceu até o fim do mandato do Dr. Renato Soeiro, que assumiu a direção do órgão após a aposentadoria de Rodrigo M. F. de Andrade em 1967.

Rodrigo, como Soeiro, respondia pessoalmente desde questões de ordem técnica e administrativa às solicitações das comunidades e entidades religiosas responsáveis pelos edifícios em questão. Entretanto, os pareceres a respeito das obras realizadas ficavam a cargo exclusivo da Seção Técnica. Os representantes do Espírito Santo encaminhavam dúvidas e sugestões ao diretor, que eram, por meio deste, remetidas aos técnicos do órgão, que formulavam a palavra final a respeito das práticas de preservação a serem empreendidas nos monumentos do estado, tombados ou não⁷. Pontuais foram as visitas dos membros da Seção Técnica aos monumentos capixabas, sendo as suas decisões embasadas, quase que exclusivamente, por fotografias, plantas e croquis remetidos ao Rio de Janeiro pelos técnicos capixabas. Os representantes regionais ficaram assim subjugados as decisões do centro do órgão de patrimônio nacional até a criação das Diretorias Regionais.

O fim da gestão de Renato Soeiro, em 1979, marca uma mudança desta consagrada centralidade. Neste período, em que se firmavam as Diretorias Regionais, criadas em número de nove no ano de 1976 (MAGALHÃES, 1985, p. 32), a centralidade da figura do diretor geral do então IPHAN é apenas deslocada para a figura do diretor da 6ª DR/RJ, ficando as obras e técnicos capixabas ainda subordinados às decisões dos técnicos do Rio de Janeiro. Assim, o mesmo princípio anterior se repetia. As correspondências passaram a ser endereçadas ao diretor da DR, que as encaminhava aos técnicos da Regional, para que estes elaborassem os pareceres que orientariam a restauração dos monumentos capixabas. Subordinação que só foi rompida com a criação, em 2004, da 21ª Superintendência Regional (SR)

⁷ Muitas dúvidas dos representantes regionais foram elucidadas pela Seção Técnica muito anteriormente ao tombamento efetivo. A igreja de N. S. da Assunção, por exemplo, sofreu uma intervenção promovida com orientação e financiamento do SPHAN mesmo antes de seu tombamento.

(IPHAN, 200-, p. 74) — atualmente Superintendência Estadual (SE)⁸ —, que passou a abarcar exclusivamente o estado do Espírito Santo.

A relação de bens protegidos atualmente no Espírito Santo engloba: 12 edificações, 03 objetos e bens integrados e 01 bem registrado no Livro dos Saberes (IPHAN, 200-, p. 74-75). Entre os 12 edifícios tombados estão os monumentos de Anchieta e Reis Magos, cujas inscrições foram efetivadas em 1943. O primeiro, por seu vínculo à história do Apóstolo do Brasil, foi inscrito no Livro Histórico. Já Reis Magos, por seu excepcional valor, foi simultaneamente inscrito nos Livros Histórico e de Belas-Artes. O ano de 1950 marca os tombamentos tanto da Igreja de N. S. da Ajuda, localizada no município de Viana, inscrita no Livro Histórico, quanto dos três objetos inscritos no Livro de Belas-Artes, a saber: Imagem de N. S. da Conceição e alfaias, encontradas na mesma igreja. O último bem material imóvel tombado no Espírito Santo, se refere à Igreja de N. S. da Conceição, de Guarapari, cujo processo, apesar de iniciado ainda na década de 1940, foi concluído apenas no ano de 1970, com a inscrição do bem no Livro Histórico.

Como pode ser observado, esses monumentos de origem jesuíta fornecem uma rica e diversificada base de pesquisa a respeito da conduta do órgão de patrimônio ao longo do tempo. Os seis edifícios estudados se enquadram na primeira concepção de reconhecimento de valor empreendida pelos primórdios do órgão, que privilegiava o conceito de excepcionalidade encontrado na arquitetura tradicional brasileira do período colonial. Porém, apenas três destas obras foram tombadas durante a "fase heroica": os edifícios de Anchieta, Nova Almeida e Araçatiba. O tombamento da Igreja de Nossa Senhora da Conceição (em Guarapari) só é efetuado no ano de 1970, quando ocorre uma significativa mudança na noção de patrimônio. O país, que incorpora efetivamente as documentações internacionais relacionadas à restauração ainda na década de 1960, passa a ser influenciado também pelos Compromissos de Brasília (1970) e de Salvador (1971), que abordam, pela primeira vez, o conceito de "bem regional", extrapolando a até então consagrada noção de excepcionalidade. As demais edificações, Igrejas de Nossa Senhora das Neves (na antiga Muribeca) e de São João Batista (em Carapina), apesar de constatadas solicitações, não foram contempladas com o tombamento.

A conservação deste acervo tombado, não foi, porém, tarefa fácil para o SPHAN dos primeiros anos. Assim como em outras partes do Brasil, no Espírito Santo os agentes do órgão tiveram que lidar com dificuldades decorrentes da precariedade dos serviços das cidades do interior. Além da insuficiência, ou mesmo ausência, de uma estrutura de suporte adequada — como hotéis, restaurantes — os técnicos aprenderam a conviver com a dificuldade de deslocamento entre os

⁸ O Decreto nº 6.844, de 07 de maio de 2009, além de aprovar a nova estrutura regimental do IPHAN, ainda estabelece que "às Superintendências Estaduais compete a coordenação, o planejamento, a operacionalização e a execução das ações do Iphan, em âmbito estadual, bem como a supervisão técnica e administrativa dos Escritórios Técnicos e de outros mecanismos de gestão localizados nas áreas de sua jurisdição" (BRASIL, 2009).

(SE)⁸ —, que

ento engloba: 12
 livro dos Saberes
 monumentos de
 . O primeiro, por
 histórico. Já Reis
 Livros Histórico e
 Igreja de N. S. da
 quanto dos três
 da Conceição e
 vel tombado no
 Guarapari, cujo
 o apenas no ano

jesuíta fornecem
 ta do órgão de
 enquadram na
 os primórdios do
 o na arquitetura
 las obras foram
 lova Almeida e
 (em Guarapari)
 dança na noção
 as internacionais
 ser influenciado
 or (1971), que
 ndo a até então
 rejas de Nossa
 (em Carapina),
 tombamento.

efa fácil para o
 asil, no Espírito
 decorrentes da
 ncia, ou mesmo
 restaurantes —
 mento entre os

ital do IPHAN, ainda
 operacionalização e a
 rativa dos Escritórios
 2009).

monumentos. As vias de acesso, o transporte de materiais e mão-de-obra, a circulação de correspondências, informações e notas de pagamento, eram tarefas árduas para estes profissionais do patrimônio.

Alguns documentos consultados referentes aos monumentos jesuítas em questão dão conta do quanto dificultosa foi a empreitada dos funcionários do órgão nacional de patrimônio. Em carta datada de 11 de julho de 1945 endereçada ao diretor do SPHAN, Edson Motta, responsável pela salvaguarda de pinturas e esculturas, nos oferece preciosa descrição dos obstáculos encontrados em Nova Almeida nestes primeiros anos de atuação:

"[...] São relativos os incômodos e desconforto em N. Almeida; estou instalado na melhor cela do convento de onde se descortina lida paisagem. A paisagem é sempre um conforto. Os muitos inconvenientes graves existem com relação ao serviço; até um prego deve ser comprado em Vitória e há também o problema da correspondência — demorada e desencontrada". (MOTTA, 1945).

Em relação ao monumento de Anchieta, o Dr. Joel da Escossia, em memorandum de 27 de maio de 1938, informa ao diretor Rodrigo sobre a finalização das obras de restauração da Igreja de N. S. da Assunção, tendo havido, porém, "maior demora em terminá-las pela dificuldade de encontrar materiais que possam servir aos reparos sem comprometer o aspecto e a architectura daquelle edificio" (ESCOSSIA, 1938).

Já o vigário de Anchieta, Pe. Fernando Pedreira de Castro, em carta de 06 de janeiro de 1943, endereçada ao Dr. Rodrigo M. F. de Andrade, informa que:

"As chuvas de dois meses e meio, tornando as estradas intransitáveis, e a falta de gasolina paralizaram quasi por completo o serviço do correio de Anchieta, eis o motivo que me tem impedido de agradecer por carta a V. Excia. o precioso auxilio de cinco mil cruzeiros, que já tenho em mãos, para as reparações urgentes do telhado da matriz. Mando-lhe o orçamento pedido um tanto interminado, dadas as condições de trabalho desta terra". (CASTRO, 1943).

Como bem observa Chuva (2009, p. 330), como forma de amenizar estes problemas, os funcionários e colaboradores do SPHAN procuraram interagir com as redes locais de poder, estabelecendo vínculos pessoais, que possibilitaram compromissos, trocas e uma relação de interdependência cada vez maior. A efetivação deste laço ocorreu, muitas vezes, em detrimento do prestígio do qual gozavam os funcionários públicos da época, estratégia cunhada pelo Estado "que se pretendia nacional".

Como sucedeu às demais representações regionais distribuídas pelo Brasil (CHUVA, 2009, p. 346), era a regional do Espírito Santo que executava as intervenções. Como explicitado anteriormente, cada uma das etapas das

restaurações, no entanto, era controlada pela Seção Técnica, responsável pela escolha dos procedimentos técnicos a serem adotados. Estas trocas de correspondência, somada a escassez de verbas e dificuldades em se vencer grandes distâncias, contribuíam para a demora na conclusão das intervenções. Os resultados obtidos com as obras empreendidas pela regional eram apresentados à direção do órgão por meio de fotografias, plantas e relatórios, que se colocavam à prova para avaliações:

"Passo as vossas mãos para os devidos fins os enclausos, documentos relativos ao serviço de restauração da Igreja dos Reis Magos de Nova Almeida. Junto achareis uma nota com os respectivos comprovantes referente as despesas effectuadas até esta data com salario de operarios e compra de materiaes. Fotografias, demonstrando o desenvolvimento do serviço e memorial expondo o estado actual do serviço. Finalmente, tambem junto o balanço geral demonstrando as despesas e recebimentos effectuados desde o inicio do serviço até esta data". (CARLONI, 1944).

A documentação acima descrita pelo representante capixaba André Carloni, esteve presente na conclusão de todos os processos restaurativos empreendidos pelo IPHAN nos monumentos em questão. Esta relação de controle e subordinação estabelecida entre a Seção Técnica e os representantes regionais, nem sempre ocorria sem conflitos. Respondendo a solicitação de Rodrigo, a respeito das obras de restauração empreendidas em Anchieta por André Carloni, na década de 1960, Lúcio Costa é enfático (fig. 2): "Na minha opinião não se deve mais confiar obra de restauração ao Sr. Carloni. (a imprudência d'elle é total)" (COSTA, entre 1962 e 1964).

Com resposta fraternal e respeitosa, de quem conhece bem as limitações destes primeiros anos de atuação, especialmente em relação à dificuldade da escalafão de pessoal especializado para a tarefa da preservação, Dr. Rodrigo encerra a contenda reconhecendo as falhas do órgão, sem deixar, porém, de chamar a atenção do representante às suas responsabilidades:

"Prezado amigo Senhor Carloni,

[...] A respeito da igreja de Anchieta, temos desejado muito, nestes últimos anos, assentar um plano completo não só para restaurar todos os elementos externos e internos do monumento jesuítico que puderem ser restaurados ou reconstituídos na forma original, mas também para assegurar o destaque desejável e pitoresco da igreja na paisagem da antiga enseada e aldeia de Reritiba. Com êsse propósito, há 2 ou 3 anos, o Doutor Paulo Santos, Professor de Arquitetura no Brasil da Universidade do Rio de Janeiro, esteve alguns dias em Anchieta, auxiliado por uma das arquitetas instrutoras da sua cadeira, estudando cuidadosamente no local, a nosso pedido, as medidas de restauração mais recomendáveis para o monumento.

responsável pela estas trocas de s em se vencer intervenções. Os n apresentados à e se colocavam à

mentos relativos ao ida. Junto achareis sas effectuadas até rias. Fotografias, o estado actual do do as despesas e data". (CARLONI,

capixaba André os restaurativos ção de controle e ritantes regionais, odrigo, a respeito arloni, na década deve mais confiar" (COSTA, entre

em as limitações à dificuldade da ção, Dr. Rodrigo eixar, porém, de

estes últimos anos, mentos externos e u reconstituídos na ivel e pitoresco da êsse propósito, há tura no Brasil da , auxiliado por uma mente no local, a para o monumento.

O Dr. Souza Reis, por outro lado, a vista das fotografias antigas e recentes, assim como das plantas arquivadas em nossa repartição, se dedicou também ao mesmo estudo, tomando em consideração o relatório e as indicações do Professor Paulo Santos. Não remetemos, entretanto, ao Senhor as cópias dos estudos e sugestões deles, porque não tinham ficado inteiramente concluídos e, por tal motivo, os serviços executados por seu intermédio na igreja tiveram de se limitar a pouco mais do que a medidas de emergência, sem aproveitamento daqueles trabalhos preparatórios. Assim, o aspecto actual da igreja está longe de corresponder a feição que ela deverá recuperar na qualidade de um dos monumentos arquitetônicos e históricos mais importantes do país. [...]. Contamos, para isso, com sua dedicada e decidida colaboração". (ANDRADE, 1965).

As contentas ocorriam também no âmbito da Seção Técnica do órgão. Em Informação de nº 288, de 18 de agosto de 1969, José de Souza Reis, então diretor da DCR, informa ao diretor da então DPHAN, Renato Soeiro, que discorda do parecer do arquiteto Augusto da Silva Telles sobre a eliminação das platibandas vazadas que ladeiam o frontão da Igreja jesuíta de N. S. da Ajuda, em Araçatiba, por considerar a originalidade de solução — visto que estes elementos não são primitivos — e o caráter de integração destes elementos na composição da fachada do edifício (REIS, 1969). Diante da não supressão das platibandas, comunica ao diretor o Sr. Silva Telles:

"É de se louvar o apuro e os cuidados com que a obra foi feita, sob a direção do Snr. Arquiteto Christiano Fraga, e os resultados das pesquisas que permitiram a descoberta das fundações que pertenciam, provavelmente, à antiga residência dos Padres Jesuítas. Julgamos, no entanto, que fosse conveniente solicitar-se ao Snr. Arquiteto representante do Espírito Santo que, nas próximas obras, mantenha mais estreitos entendimentos com esta Sede, no que se refere aos critérios e planos de restauração, pois que, segundo julgo, teria sido conveniente, para o monumento em causa, a eliminação das platibandas em vazados que ladeiam o frontão central da igreja". (TELLES, 1969).

Afora as contendidas, permanece a certeza de que a forma assumida pelo patrimônio restaurado pelo SPHAN dos primeiros anos, e mesmo após a criação das Regionais, como visto, foi construída diretamente pelas relações de centralidade exercidas por sua sede. Centralidade esta, que também contribuiu para a configuração de algumas das "especificidades do processo brasileiro de construção da nação" (CHUVA, 2009, p. 318).

O IPHAN e os remanescentes jesuítas do Espírito Santo

Quando iniciada na década de 20 a luta de intelectuais e lideranças políticas pela preservação do patrimônio cultural brasileiro, luta que culminou na

criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, duas reivindicações complementares entraram em cena: inventariar e conservar os exemplares mais significativos de nossa cultura para as gerações futuras. Como bem observa Azevedo (1987, p. 82), estas duas idéias, "nascidas gêmeas", seguiram por caminhos distintos. Enquanto a conservação dos monumentos foi matéria de grande evolução, a confecção de inventários, muito confundida com a prática dos tombamentos e subordinada aos mesmos, assumiu o *status* de atividade limitada e dependente, comumente realizada com apuro apenas em obras de excepcional valor.

No que diz respeito aos processos dos edifícios jesuítas do Espírito Santo, observa-se uma sensível diferença entre os inventários produzidos para os edifícios tombados — mesmo entre estes — e para os não tombados. Os processos de inventário, formados com documentações datadas desde o ano de 1938 até o ano de 1989, dos edifícios religiosos de Anchieta, Reis Magos, Guarapari e Araçatiba — tombados — apresentam conteúdo similar: grande quantidade de fotografias; resumos históricos baseados em fontes bibliográficas consagradas; plantas arquitetônicas dos edifícios e croquis de localização; e também recortes de jornal, tratando das mais diversas questões relacionadas à história, curiosidades e intervenções promovidas pelo órgão de patrimônio. Entretanto, a diferença está na quantidade de documentos contidos em cada um destes quatro processos descritos. O processo referente à Reis Magos — obra de excepcional valor, única, entre as analisadas, inscrita simultaneamente nos Livros Histórico e de Belas-Artes — apresenta uma quantidade superior a soma dos documentos existentes nas pastas das demais obras tombadas.

Em relação aos dois edifícios não tombados — Carapina e a antiga Muribeca — observa-se, em comparação com as obras tombadas, uma quantidade menor de informações. Mesmo incompletos, os inventários de ambos os edifícios não tombados conservam preciosas informações a respeito de sua antiga arquitetura e acervo. A igreja de Carapina, por exemplo, sofreu com a perda total do trecho correspondente ao altar-mor (fig. 3), além do furto de todo o seu acervo de imaginária (fig. 4). Os inventários das duas igrejas representam, desta forma, tanto a garantia de preservação das características desses monumentos em um determinado tempo histórico, como a memória viva dos efeitos da privação de proteção em nível federal.

Os tombamentos

Embora a intenção de que o tombamento deveria espelhar a construção da civilização material do Brasil, acabou por prevalecer o critério isolado de seleção com base no valor estético do bem, acima de todos os demais valores, seguido pelo valor histórico com os exemplares que representassem a nossa antiguidade e os grandes momentos de nossa história (SANT'ANNA, 1995, p. 125). Foram

as reivindicações exemplares mais bem observa", seguiram por via de grande a prática dos vidade limitada e de excepcional

o Espírito Santo, para os edifícios Os processos de 1938 até o ano ri e Araçatiba — de fotografias; gradadas; plantas cortes de jornal, curiosidades e diferença está na cessos descritos. ; única, entre as Belas-Artes — antes nas pastas

pina e a antiga uma quantidade mbos os edifícios de sua antiga a perda total do o seu acervo de ta forma, tanto a mentos em um da privação de

Os tombamentos a construção da lado de seleção es, seguido pelo antiguidade e os 125). Foram

justamente correspondentes a cada um destes valores os primeiros exemplares jesuítas tombados no estado do Espírito Santo. A Igreja de Reis Magos, por seu elevado valor artístico, e a Igreja de Nossa Senhora da Assunção, por estar vinculada à fatos memoráveis da história de um dos mais célebres jesuítas a trabalhar em prol da causa brasileira: José de Anchieta. Ambos os edifícios foram tombados na mesma data — em 21 de setembro de 1943 —, excetuando apenas a forma como foram inscritos: a primeira merecedora de inscrição simultânea nos Livros Histórico (inscrição nº 223) e das Belas-Artes (inscrição nº 289A); e o edifício de Anchieta merecedor apenas de inscrição no Livro Histórico sob o nº 222.

Segue-se à Anchieta e Reis Magos, o tombamento da Igreja de N. S. da Ajuda, localizada em Araçatiba, no município de Viana. Observa-se uma particularidade neste processo. A solicitação de tombamento, datada de 25 de janeiro de 1950, foi proposta à DET por um dos membros do corpo técnico da então DPHAN, Alcides Costa Miranda, à época Chefe da Seção de Arte. Tal iniciativa foi assim sustentada pelo técnico: "remanescente da velha fazenda dos jesuítas, é edificação que importa conservar como expressão da sua época, e, de resto, já foi beneficiada com obras de restauração empreendidas pela DPHAN" (MIRANDA, 1950). A 20 de março de 1950, o bem é inscrito no Livro Histórico sob o nº 267.

O processo de tombamento do último bem jesuíta protegido em nível federal inicia-se com o telegrama do Procurador do Bispado do Espírito Santo, Monsenhor José Lidwin, datado do ano de 1946, onde denuncia a Prefeitura de Guarapari por permitir, dentre outras coisas, a construção arbitrária de edifícios junto à Igreja de N. S. da Conceição e a transformação da "torre [em] presídio fazendo [de] porteiro burros" (LIDWIN, 1946). Segundo Menezes (2008, p. 30), foram apenas quatro o número de bens jesuítas brasileiros em que os pedidos de tombamento vieram de fora do âmbito técnico do IPHAN, e o edifício de Guarapari representa uma dessas exceções.

O processo de inscrição desta igreja foi o mais demorado dentre todos os tombamentos de remanescentes jesuítas brasileiros, estendendo-se por vinte e quatro anos (MENEZES, 2008, p. 29). Iniciado, como vimos, em 1946, sendo paralisado por diversas vezes, o processo é novamente retomado em 26 de fevereiro de 1970, quando o Diretor da DCR, José Souza Reis, através de manuscrito — equivalente a informação de nº 71 —, informa: "o interesse da Igreja da Conceição resulta em virtude de sua localização num outeiro sobre a costa, com a paisagem marítima excepcional do Espírito Santo" (REIS, 1970). Assim, o critério adotado continuou seguindo o conceito de excepcionalidade, mesmo que o mesmo não se aplicasse diretamente ao edifício em questão.

A solicitação de tombamento da Igreja de N. S. da Conceição é novamente repetida pela Chefe da Seção de Arte, Lygia Martins Costa, ante a Informação nº 158, de 22 de abril do mesmo ano. Em seu parecer, Costa (1970) repete os ideais estéticos justificados por Reis (1970):

"A Igreja de N. Sa. da Conceição, de Guarapari, que já mereceu trabalhos de conservação desta Diretoria em 1952-53, 1960 e 1969, tem condições que de fato justificam o tombamento proposto pelo Diretor da DCR, arquiteto José de Souza Reis. De proporções robustas acusando suas origens seicentistas – tem ainda, não obstante as grandes reformas sofridas na 2ª metade do séc. XVIII, beleza plástica e presença na paisagem, qualidades que o tratamento artesanal do embrechado não sacrificou e que devem ser garantidos". (COSTA, 1970).

A Chefe da Seção de Arte propõe ainda, caso seja efetuada a inscrição, a extensão do tombamento para a "área circunvizinha necessária tanto à desafogada ambiência do templo quanto à preservação do velho poço dos jesuítas anexo" (COSTA, 1970). Observa-se assim, uma visível alteração das preocupações que orientavam as inscrições, se comparada à prática descrita em relação aos primeiros tombamentos.

A notificação da inscrição do monumento de Guarapari é enviada por Renato Soeiro ao representante da Cúria Metropolitana capixaba a 03 de agosto de 1970, sendo o tombamento efetivado em 16 de setembro do mesmo ano, quando a igreja foi finalmente inscrita no Livro Histórico do patrimônio nacional sob o nº 428.

Testemunhos da ocupação do território brasileiro, as Igrejas de N. S. das Neves e de São João Batista, peças fundamentais do antigo arranjo inaciano, ficaram de fora do rol de bens preservados em nível federal, do qual fazem parte os demais edifícios que com estes compunham a antiga estrutura de aldeamentos jesuítas do Espírito Santo. A Igreja das Neves não possui processo de tombamento. Segundo os técnicos mais antigos do Arquivo Noronha Santos, o mesmo muito provavelmente existiu, mas, por motivos desconhecidos, não se encontra mais na base do arquivo. Já a Igreja de São João Batista possui o processo de tombamento nº 1.048-T-81, iniciado em 1980, pelo representante do órgão no Espírito Santo, o Professor José Antônio Carvalho, autor da publicação *O colégio e as residências dos jesuítas no Espírito Santo*, e arquivado em 1986.

Ao longo do processo de tombamento do edifício de Carapina foram observadas que justificativas como "alterações posteriores que teriam reduzido a edificação primitiva a ponto de comprometer definitivamente a sua integridade construtiva" (SILVA, 1981), influenciaram o andamento de um possível parecer favorável ao tombamento da Igreja de São João Batista, pois, sem dúvida, determinante para o tombamento era o estado material em que se encontrava o bem. Muito provavelmente o juízo destas alterações, elaborado pelos técnicos do patrimônio em questão, tenha contribuído ou mesmo configurado a valoração a ele atribuída: o monumento não apresentava, aos olhos dos agentes da DPHAN envolvidos, excepcional valor em nível nacional.

O conceito difuso de excepcionalidade foi um dos mais problemáticos entre os valores em jogo na questão da seleção dos bens que integrariam o patrimônio

eceu trabalhos de
dições que de fato
to José de Souza
s – tem ainda, não
/III, beleza plástica
ial do embrechado

ida a inscrição, a
nto à desafogada
. jesuítas anexo”
reocupações que
ção aos primeiros

ri é enviada por
03 de agosto de
no ano, quando a
al sob o nº 428.

ejas de N. S. das
arranjo inaciano,
al fazem parte os
de aldeamentos
de tombamento.

o mesmo muito
encontra mais na
o de tombamento
Espírito Santo, o
e as residências

Carapina foram
eriam reduzido a
sua integridade
possível parecer
ois, sem dúvida,
se encontrava o
pelos técnicos do
a valoração a ele
ntes da DPHAN

problemáticos entre
tiam o patrimônio

brasileiro. Segundo Fonseca (2005, p. 109) no momento da atribuição do valor excepcional fica patente o caráter discricionário de que se reveste o tombamento na legislação brasileira, visto que esta atribuição é feita caso a caso, sendo de competência exclusiva do órgão federal de preservação. Além disso, como vimos, a prerrogativa da ausência de valor excepcional foi elaborada por técnicos que não conheciam o edifício *in loco* — como o representante capixaba responsável pela abertura do pedido, ou como o arquiteto Sabino Barroso (1981) que reconheceu a excepcionalidade de sua preservada ambiência (fig. 5) —, mas apenas através de fotografias, plantas, pesquisas arqueológicas e documentos que contavam um pouco de sua trajetória.

Nem o “excepcional interesse histórico”, foi capaz de sustentar o possível tombamento, ante a tão devastadora ausência do excepcional valor arquitetônico e artístico. Como informa Chuva (2009, p. 239), o antropólogo e então membro do Conselho Consultivo do SPHAN dos primeiros anos, Raimundo Lopes, assim como Mário de Andrade, também evidenciou a necessidade de uma abordagem mais historicizada da obra.

“A notoriedade própria de um grande centro rural, e aquele que, na região, melhor conservava as características antigas, é mais valiosa do que se ali tivesse morado algum personagem ilustre. [...] o que interessa ao poder público conservar não se mede tanto pela excepcional beleza técnica ou luxo da obra, mas pelo caráter nacional, ambientação e conexões arqueológicas”. (LOPES, 1938, apud CHUVA, 2009, p. 239, grifo nosso).

Como Raimundo Lopes (1938), podemos afirmar, munidos da certeza propiciada pela observação *in loco*, que a manutenção da ambiência da Igreja de São João Batista já constituiria, sozinha, motivo para o tombamento. A situação excepcional da ausência de edifícios no âmbito visual do monumento de Carapina, descrita acima por Sabino Barroso na década de 80 é, inacreditavelmente, ainda mantida. Inacreditavelmente, porque o monumento encontra-se situado nas proximidades de uma ocupação irregular, que segundo funcionários da Prefeitura da Serra, possui altos índices de criminalidade.

O mesmo acontece à igreja da antiga Muribeca (fig. 6), onde a preservação da ambiência do antigo sítio jesuíta remete a impressão de uma intocabilidade quase sagrada. Intocabilidade esta, que aplicada aos bens em pedra e cal era sempre tão admirada pelos agentes do patrimônio.

“Se o fundamental [para os tombamentos] não é a coisa em si, e sim o seu valor simbólico, é importante detectar não só a questão objetiva da arquitetura de um prédio, por exemplo, mas sua inserção como valor cultural para determinado grupo social”. (RABELLO, 2009, p. 53).

Além da citada manutenção das antigas áreas de ocupação jesuíta, o valor cultural comum a cada uma das igrejas foi, desde longa data, matéria de orgulho para as comunidades às quais pertencem. Na Igreja de São João Batista, apesar da revelada insegurança, fiéis se aglomeram, comumente também na área externa do edifício, para assistir as missas dominicais. Na antiga Muribeca, afora as missas, existe a tradicional festa das Neves, que ocorre uma vez ao ano e atrai tanto a população sul capixaba, como a do extremo norte do Rio de Janeiro. (fig. 7)

Concordamos com Raimundo Lopes (1938) e Sonia Rabello (2009), salientando que o que interessa realmente conservar não deve ser medido apenas pela condição de excepcionalidade de um edifício, mas também por questões subjacentes a materialidade do mesmo, como: ambientação, conexões históricas e importância cultural para determinado grupo. Assim, é de extrema importância para o que se pretende tomar que se proceda a uma profunda investigação histórica e também local — uma inventariação que extrapole a simples avaliação de forma e estética da coisa isolada —, de forma a amenizar as lacunas ocasionadas pela consagrada visão estética de monumento isolado.

As intervenções

Como descrito anteriormente, as restaurações empreendidas pelo IPHAN dos primeiros tempos eram guiadas por um saber verdadeiro, calcado em valores estéticos consagrados, que eram, por vezes, assegurados tanto por pesquisas realizadas *in loco*, como por registros fotográficos, iconografia ou documentação histórica.

"As "descobertas" das características originais do monumento eram feitas *in loco*, pois tinham como método de análise a observação visual do próprio monumento, principal fonte de informação utilizada quanto às características originais que se buscava nos imóveis: isto é, tentava-se identificar o que os vestígios, como documentos, ainda guardavam sobre sua própria origem. Na análise física do monumento, descobriam-se os materiais utilizados, as reformas que já havia sofrido etc., recorrendo-se também à memória oral da população local por meio do "testemunho de pessoas idosas etc". (CHUVA, 2009, p. 332).

Em Anchieta, temos alguns exemplos da importância assumida pela prática da pesquisa *in loco*. Na Informação de nº 50, de 23 de abril de 1962, o então chefe da Seção de Projetos José Souza Reis, aconselha que, ante as dúvidas surgidas quanto à modificação dos vãos no pavimento térreo da Igreja de N. S. da Assunção⁹, "sejam feitas algumas pesquisas no local" (REIS, 1962) de forma a elucidar todas as dúvidas e assim sustentar uma intervenção segura. Em resposta, o representante

⁹ A modificação dos vãos foi orientada pelo Professor Paulo Santos, valendo-se de uma fotografia antiga da igreja de Anchieta.

o jesuíta, o valor
tória de orgulho
artista, apesar da
área externa do
fora as missas,
e atrai tanto a
(fig. 7)
Rabello (2009),
medido apenas
n por questões
ões históricas e
mportância para
ação histórica e
ção de forma e
acionadas pela

is intervenções
das pelo IPHAN
ado em valores
por pesquisas
documentação

am feitas *in loco*,
prio monumento,
originais que se
vestígios, como
análise física do
as que já havia
local por meio do

tida pela prática
?, o então chefe
úvidas surgidas
da Assunção®,
lucidar toças as
o representante

grafia antiga da igreja

capixaba, André Carloni, informa, em ofício de 12 de junho do mesmo ano, que as pesquisas *in loco* não contribuíram como o esperado para o esclarecimento das dúvidas.

"[...] informo a V. S. que, visando às instruções prestadas sôbre o assunto, pelo Arquiteto José Souza Reis, o qual recomenda que fossem feitas pesquisas para melhor orientação do assunto, assim fis, mandando remover o revestimento da parte baixa verificar se existiam alguns vestígios dos primitivos vãos de janellas e porta, conforme demonstra as fotografias nº 1 e 2, nas fotografias 3 e 4 demostram bem os vestígios de como foram abertos os vãos que se tornam objeto em dúvida, verifica-se bem, que na ocasião da modificação abriram a parede em grande extensão, de forma que, torna-se defícil verificar as proporções dos 2 vãos das primitivas janellas, se eram uma mais alongada da outra, quanto a porta ve-se claramente que estava collocada muito mais proximo a parede da igreja". (fig. 8) (CARLONI, 1962).

No final da década de 1970 e início de 1980, novamente foram realizadas pesquisas que retiraram o revestimento de toda a igreja e residência, mais uma vez almejando a descoberta "das possíveis aberturas originais de janelas e portas" (IPHAN, 1979).

Além das descobertas *in loco*, as fotografias orientaram a grande maioria das decisões da Seção Técnica em relação aos processos interventivos que seriam adotados para os edifícios jesuítas do Espírito Santo. Não apenas constituíam um registro técnico das restaurações, mas, principalmente, serviam tanto para formular a base da intervenção — no caso em que era orientada por fotografias antigas, consideradas portadoras das características "primitivas ou originais" do bem —, quanto para guiar os técnicos na busca pelas características originais e pela representatividade dos edifícios dentro de uma série, assim como o desvelamento de suas semelhanças com outros monumentos.

Novamente em Anchieta encontramos o exemplo clássico do emprego de fotografias nas práticas restaurativas empreendidas pelo órgão de preservação nacional. Em meados do ano de 1961, Dr. Rodrigo solicita parecer do Professor Paulo Santos a respeito da restauração que seria realizada na Igreja e Residência de N. S. da Assunção. Em resposta, datada de 31 de outubro de 1961, Paulo Santos aconselha, entre outras medidas, que se retorne à fachada ao aspecto observado na fotografia nº 8.596 (fig. 9), "que sem que se prove ser a primitiva, é a mais antiga do Arquivo da DPHAN" (SANTOS, 1961). Como observado acima, o parecer orientado pela fotografia, reiterado pelas prospecções, prevaleceu como fim para a restauração procedida.

"Valendo-se de plantas baixas ou de outra documentação remanescente, os técnicos passam sem mais ao desmonte dos altares da igreja, eliminando imagens

e objetos de culto de épocas distintas daquela em que se deu o entalhe, em busca de arremedos de um espaço perdido e em nome de uma doutrina etnocêntrica de "limpeza visual". [...], tal postura redundante na construção de uma fantasia perfeccionista bastante dissociada da memória que podem ter os habitantes da vizinhança ou daqueles setores da comunidade cuja própria história de vida tenha alguma ligação com o espaço restaurado". (MICELI, 1987, p. 45).

A afirmação de Miceli (1987) aplica-se a todos os edifícios jesuítas tombados no Espírito Santo. As quatro edificações tiveram seus altares laterais, ou colaterais, retirados sob a corriqueira justificativa de valor inferior, por se tratarem de adições posteriores ao período de domínio dos padres da Companhia de Jesus. No caso de Anchieta, até mesmo o altar-mor foi removido em restauração da década de 90, ante a descoberta de fragmentos de pintura primitiva. Fato que foi recebido, a princípio, com grande indignação pela comunidade local.

Como também observado por Chuva (2009, p. 340), a retirada de elementos decorativos decorrente de intervenções posteriores, também constituiu prática comum nas intervenções promovidas pelo órgão de patrimônio. Elementos, como as platibandas, as calhas, e os frontões, foram comumente eliminados sob a justificativa de que desfiguravam a harmonia estilística do bem tombado.

Como citado anteriormente, a retirada das platibandas da Igreja de N. S. da Ajuda de Araçatiba constituiu motivo de contenda entre os técnicos da Seção Técnica da DPHAN. Cabe aqui, porém, a transcrição das justificativas que moveram o então diretor da DCR, José Souza Reis, a discordar da remoção destes elementos, anteriormente estabelecida pelo arquiteto Augusto da Silva Telles.

"Tendo examinado as fotografias de arquivo da Igreja em aprêço, não pude chegar à mesma convicção manifestada pelo Arquiteto Silva Telles, de que teria sido conveniente a eliminação das platibandas em vasados que ladeiam o frontão da igreja. Acontece que esses elementos, ainda que não sejam originais, já aparecem na foto mais antiga da fachada, em que não existem, entretanto, as platibandas igualmente vasadas na torre da Igreja. É possível que estas últimas tenham sido inspiradas na Igreja dos Reis Magos de Nova Almeida e, não havendo intenção de retirá-las pois estão integradas na composição, creio que também as outras que ladeiam o frontão poderão permanecer, sem prejuízo para o conjunto. Aliás, o coruchêu da extremidade apresenta um suporte elevado, indicando a previsão de platibanda, sendo provavelmente contemporâneo da mesma". (REIS, 1969).

O parecer de Reis (1969) foi acatado (fig. 10), e, felizmente, as platibandas ainda atualmente adornam a fachada da Igreja da Ajuda. Apesar do reconhecimento dos valores estéticos destes elementos e de sua integração com a composição, mais uma vez, porém, o juízo baseado em registros fotográficos orientou as ações da Diretoria do Patrimônio. E se a fotografia mais antiga retratasse o edifício desprovido desses elementos? A orientação certamente teria sido diferente.

ntalhe, em busca
a etnocêntrica de
le uma fantasia
os habitantes da
ria de vida tenha

Edifícios jesuítas
ares laterais, ou
r se tratarem de
ia de Jesus. No
o da década de
foi recebido, a

a retirada de
nbém constituiu
nio. Elementos,
eliminados sob a
ido.

reja de N. S. da
icos da Seção
s que moveram
emoção destes
a Telles.

não pude chegar
e que teria sido
iam o frontão da
ais, já aparecem
, as platibandas
nas tenham sido
endo intenção de
m as outras que
conjunto. Aliás, o
do a previsão de
(S, 1969).

as platibandas
reconhecimento
a composição,
entou as ações
sse o edifício
rente.

Novamente, como aconteceu aos tombamentos, os edifícios foram analisados isoladamente e sob uma ótica claramente estética, que primava pelo desvelamento dos elementos originais que subsistiam à época inaciana. A ideia de conjunto não foi sequer abordada, e as comparações, quando ocorreram, remetiam a questão estética e tipológica dos edifícios.

Considerações Finais

A defasagem entre a interpretação do patrimônio cultural vigente e o estado da arte da disciplina de história, impediu ao IPHAN, no caso do estudo em questão, de reconhecer na subjetividade destes edifícios os indícios que apontavam para algo maior, para a estrutura que os unia numa articulada rede de relações estabelecidas nos primeiros séculos de formação do Brasil. Como já amplamente discutido, ficou evidente que o IPHAN, munido da visão de monumento isolado, que preteria a estética e a excepcionalidade acima dos demais valores, não tinha a dimensão da grandeza do empreendimento jesuíta quando começa a intervir nos edifícios capixabas.

Apesar da ausência de uma ampla investigação, que contemplasse não apenas a história de cada edifício isolado, mas a possível relação existente entre os mesmos, assim como o papel desenvolvido pelos inacianos no Espírito Santo, é indubitável o esforço do IPHAN em prol dos bens que julgava merecedores do título de patrimônio histórico e artístico nacional. Esforço ainda mais relevante se contextualizado à fase heróica do órgão, onde imperava, como descrito anteriormente, a escassez de recursos materiais e humanos, que impossibilitava uma atuação efetiva em todo o acervo tombado. Vale ainda ressaltar, como também observado por Chuva (2009, p. 294), que as intervenções analisadas foram realizadas sem o peso de uma legislação específica, que determinasse de forma rígida os procedimentos a serem adotados, sendo guiadas ao mais das vezes pela escala de valores dos seus atributos e pelas relações em jogo em cada situação específica.

Reconhecendo o quão extensa foi a atuação do IPHAN, contudo, salientando que, mudando o necessário e conservando o imprescindível, talvez possamos preservar mais efetivamente o que realmente dignifica a nossa memória nacional, como já previa Aloísio Magalhães (1985). Pois ante as muitas alterações, deturpações, violações, é sabido que estas seis edificações resistiram o quanto puderam e confirmaram que realmente foram construídas com a certeza de "sobreviver" como lhes foi permitido e de *durar enquanto durasse o mundo*.

Bibliografia

- ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. *Carta nº 92/65, de 09 de março de 1965*, remetida ao Representante capixaba, André Carloni. Anchieta/ES: ANS/IPHAN, série obras, Pt. 238, E. 1965 – 1967, 1965.
- ASSIS, Eugênio de. *Carta de 22 de julho de 1948*, remetida ao representante capixaba André Carloni. Guarapari/ES: ANS/IPHAN, série obras, Pt. 241, E. 1948 – 1950.
- AZEVEDO, Paulo Ormino de. Por um inventário do patrimônio cultural brasileiro. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 22, 1987.
- BARROSO, Sabino. *Informação nº 700*, de 23 de abril de 1981. Carapina/ES: ANS/IPHAN, série tombamento, Processo nº 1.048-T-81.BRASIL, Congresso Nacional. *Decreto-lei nº 25*, de 30 de novembro de 1937, que institui a política Nacional de Patrimônio.
- BRASIL, Congresso Nacional. *Decreto nº 6.844*, de 7 de maio 2009, aprova a nova Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).
- CARLONI, André. *Carta de 12 de setembro de 1944*, enviada ao diretor do SPHAN Rodrigo M. F. de Andrade. Nova Almeida/ES: ANS/IPHAN, série obras, Pt. 249, E. 1944.
- CARLONI, André. *Ofício de 12 de junho de 1962*, encaminhado ao diretor da DPHAN. Araçatiba/ES: ANS/IPHAN, série obras, Cx. 038, Pt. 01, E. 1956/1959/1963.
- CARVALHO, José Antônio. *O colégio e as residências dos jesuítas no Espírito Santo*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1982.
- CASTRO, Pe. Fernando Pedreira de. *Carta de 06 de janeiro de 1943*, endereçada ao Dr. Rodrigo M. F. de Andrade. Anchieta/ES: ANS/IPHAN, série obras, Pt. 237, E. 1942 – 1946.
- CHUVA, Márcia Regina Romeiro. *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.
- COSTA, Lucio. *Opinião de Lucio Costa a respeito da restauração empreendida em Anchieta na década de 60* (manuscrito), entre 1962 e 1964. Anchieta/ES: ANS/IPHAN, série obras, Pt. 238, E. 1962 – 1964.
- COSTA, Lygia Martins. *Informação nº 158*, de 22 de abril de 1970, endereçada ao diretor Renato Soeiro. Guarapari/ES: ANS/IPHAN, série tombamento, Processo nº 382-T-46.
- ESCOSSIA, Joel da. *Memorandum de 27 de maio de 1938*, enviado ao Diretor do SPHAN, Rodrigo M. F. de Andrade. Anchieta/ES: ANS/IPHAN, série obras, Pt. 237, E. 1937 – 1938.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. *O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; MINC - IPHAN, 2005.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. COPEDOC, Ministério de Cultura, Brasil. *Bens móveis e imóveis inscritos nos Livros do Tombo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: 1938-2009*. Org. Francisca Helena Barbosa Lima, Mônica Muniz Melhem e Zulmira Canário Pope. 5. ed. rev. e atualiz. [Versão Preliminar] – Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2009.

Bibliografia

- e 1965, remetida aos, Pt. 238, E. 1965 –
- apixaba André Carloni.
- sileiro. In: *Revista do*
- ES: ANS/IPHAN, série -lei n° 25, de 30 de
- rova a nova Estruturações Gratificadas do
- HAN Rodrigo M. F. de
- DPHAN. Araçatiba/ES:
- Santo. Rio de Janeiro:
- da ao Dr. Rodrigo M. F.
- ráticas de preservação 2009.
- em Anchieta na década t. 238, E. 1962 – 1964.
- ada ao diretor Renato
- do SPHAN, Rodrigo M.
- da política federal de HAN, 2005.
- PEDOC, Ministério de Instituto do Patrimônio Mônica Muniz Melhem Ilro: IPHAN/COPEDOC,
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Ministério da Cultura, Brasil. *Relatório de Atividades 2003/2004*. Brasília: IPHAN, [200-].
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Projeto para pesquisar as possíveis características originais do conjunto Residência/Igreja de Nossa Senhora da Assunção em Anchieta*. [s.n.], [1979].
- LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 2006. v. I ao VI.
- LIDWIN, José. *Telegrama de 1964*, endereçado ao diretor da DPHAN, Rodrigo M. F. de Andrade. Texto iniciado por: "Comunico Vossa Excia Prefeitura". Guarapari/ES: ANS/IPHAN, série tombamento, Processo n° 382-T-46.
- LOPES, Raimundo. *Parecer de 16 de junho de 1938*. Fazenda do Viegas/RJ: ANS/IPHAN, série tombamento, cx. 54.
- MAGALHÃES, Aloísio. *E Triunfo? A questão dos bens culturais no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: Fundação Nacional Pró-Memória, 1985.
- MENEZES, Aline Bezerra de. O papel do IPHAN na construção da categoria de Patrimônio Jesuítico. In: *Cadernos de Pesquisa e Documentação do IPHAN*. Assentamentos Jesuíticos: Territórios e Significativos. Rio de Janeiro: COPEDOC/IPHAN, 2008.
- MICELI, Sergio. SPHAN: refrigério da cultura oficial. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 22, 1987.
- MIRANDA, Alcides Rocha. *Ofício n° 1-50, de 25 de janeiro de 1950*, remetido ao Diretor da Divisão de Estudos e Tombamento. Araçatiba/ES: ANS/IPHAN, série tombamento, Processo n° 422-T-50.
- MOTTA, Edson. *Carta de 11 de julho de 1945*, encaminhada ao diretor do SPHAN Rodrigo M. F. de Andrade. Nova Almeida/ES. ANS/IPHAN, série obras, Pt. 249, E. 1945.
- RABELLO, Sonia. *O Estado na preservação dos bens culturais: o tombamento*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2009.
- REIS, José de Souza. *Informação n° 50, de 23 de abril de 1962*. Anchieta/ES: ANS/IPHAN, série obras, Pt. 238, E. 1962 – 1964.
- REIS, José de Souza. *Informação n° 288, de 18 de agosto de 1969*, endereçada ao diretor Renato Soeiro. Araçatiba/ES: ANS/IPHAN, série obras, Pt. 237, E. 1958-1961.
- REIS, José de Souza. *Informação n° 71, de 26 de fevereiro de 1970*. Guarapari/ES: ANS/IPHAN, série tombamento, Processo n° 382-T-46.
- SANT'ANNA, Márcia. *Da cidade-monumento à cidade-documento: a trajetória da norma de preservação de áreas urbanas no Brasil (1937-1990)*. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1995. (Dissertação de mestrado).
- SANTOS, Paulo F. *Carta de 31 de outubro de 1961*, endereçada ao diretor da DPHAN, Rodrigo M. F. de Andrade. Anchieta/ES: ANS/IPHAN, série obras, Pt. 238, E. 1958 – 1961.

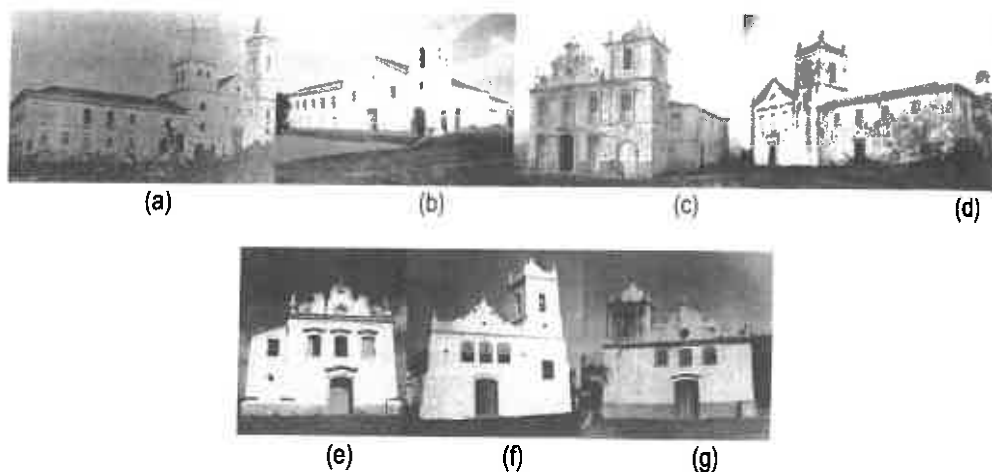


Figura 1 – Estrutura Jesuíta do Espírito Santo

(a) Colégio de Santiago e Igreja de São Maurício. Fonte: Carvalho (1982, p. 186). (b) Antigo aldeamento de Reritiba. Fonte: IPHAN/ANS/Série Inventário Igreja de N. S. da Assunção: Cx.0098, Pt.01, E.01, F. 36.695. (c) Antigo aldeamento de Guarapari. Fonte: IPHAN/ANS/Série Inventário Igreja de N. S. da Conceição: Cx.0099, Pt.02, E.03, F. 8.701. (d) Antigo aldeamento de Nova Almeida. Fonte: IPHAN/ANS/Série Inventário Igreja dos Reis Magos e Residência: Cx.0101, Pt.01, E.01, F. 36.626. (e) Antiga fazenda de Muribeca. Fonte: IPHAN/ANS/Série Inventário Igreja de N. S. das Neves: Cx.0099, Pt.03, E.09, F. 93.168. (f) Antigo engenho de Araçatiba. Fonte: IPHAN/ANS/Série Inventário Igreja de N. S. da Ajuda: Cx.0102, Pt.01, E.09, F. 36.807. (g) Antigo aldeamento de Carapina¹⁰. Fonte: IPHAN/ANS/Série Inventário Igreja de São João Batista: Cx.0101, Pt.03, E.02, F. 8.973.

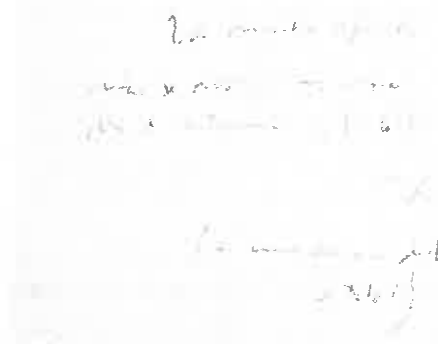


Figura 2 – Parecer de Lúcio Costa.

Fonte: IPHAN/ANS/Série Obras, Igreja e Residência de N. S. da Assunção: Pt.237, E.1965-1967.

¹⁰ Alguns autores como Carvalho (1982), consideram o remanescente situado em Carapina como sendo da antiga Aldeia de São João Batista. Acreditamos, porém, que esta possa ter sido incorporada à Fazenda de Itapoca, também localizada em Carapina.



(d)



Figura 3 – Igreja de São João Batista
Fonte: ACHIAMÉ; BETTARELLO; SANCHOTEN (1991, p. 91).

Figura 4 – Imagem de São João Batista
Fonte: IPHAN/ANS/Série Inventário, Serra-ES: Cx. 0101,
Pt. 03, E. 03, F. 96.973 e 96.969



Figura 5 – Implantação da Igreja de São João Batista.
Fonte: IPHAN/ANS/Série Inventário, Igreja de São João Batista: Cx. 0101, Pt.03, E.05, F. 97.199.

o aldeamento de Reritiba.
F. 36.695. (c) Antigo
o: Cx.0099, Pt.02, E.03,
reja dos Reis Magos e
.N/ANS/Série Inventário
Araçatiba. Fonte:
) Antigo aldeamento de
Pt.03, E.02, F. 8.973.

E.1965-1967.

a como sendo da antiga
à Fazenda de Itapoca,



Figura 6 - Igreja de N. S. das Neves e adjacências. Fonte: Autora (2009-10).



Figura 7- Festa das Neves. Fotografia ofertada ao Pe. Serafim Leite, em 1939.
Fonte: IPHAN/ANS/Série Inventário, Muribeca-ES: Cx. 0099, Pt.03, E.09, F. 36.624.



19-10).



(a)

(b)

Figura 8 - Pesquisa *in loco* no edifício de Anchieta.
(a) Fotografia de nº 01, referente à retirada do reboco. Fonte: IPHAN/ANS/Série Obra, Anchieta-ES: Pt. 237, E. 1962-1964, F. 19.903. (b) Fotografia de nº 03, detalhe da moldura dos antigos vãos. Fonte: IPHAN/ANS/Série Obras, Anchieta-ES: Pt. 237, E. 1962-1964, F. 19.905.



Figura 9 - Fotografia que orientou a restauração do edifício de Anchieta na década de 1960.
Fonte: IPHAN/ANS/Série Inventário, Anchieta-ES: Cx. 0098, Pt. 01, E. 09, F. 8.596.



1939.
6.624.



Figura 10 – Fachada da Igreja de N. S. da Ajuda, após as obras de restauração de 1969.
Fonte: IPHAN/ANS/Série Obras, Araçatuba-ES: Cx. 0117, Pt. 0333, F. 28.261.